

Editorial

A hipocrisia dos "caciques" brasileiros

A desmoralização dos poderes e da moral em nosso país é algo assustador. Inverte-se os valores como um simples trocar de camisa. Todos os dias abrimos os jornais ou mesmo assistindo programas sérios de televisão (o que se torna cada vez mais raro) e nos deparamos com denúncias de corrupção, de malversação de verbas públicas. Enormes quantias em dinheiro são afanadas dos cofres da Nação, dos municípios e nada é feito. Nenhuma atitude é tomada. A primeira-dama, Rosane Malta Collor de Mello, envolvida em escândalos de corrupção na LBA - Legião Brasileira de Assistência - saiu ileso do processo. A CPI que investiga o caso já concluiu seus trabalhos e sequer citou Rosane como responsável. Deu-se um jeitinho e alguns bagrinhos deverão pagar a conta. O jornal "O Estado de São Paulo" publicou uma série de reportagens mostrando a roubalheira que foi a administração de Orestes Quéricia, então governador de São Paulo. O caso mais escabroso foi com a negociata entre a Vasp - de propriedade do governo de São Paulo - e o grupo Canhedo. Quéricia aplicou dinheiro público na Vasp, sanou suas dívidas e a vendeu para Wagner Canhedo pela metade do preço. Outro escândalo foi com a negociação do governo paulista com o governo de Israel para a compra

Excepcionalmente, neste número, O Metropolitano abre a Página Dois sem a tradicional Opinião e o polêmico Vatapá. Para prestar um serviço especial à comunidade, publicamos, na íntegra, um documento que esclarece todas as dúvidas a respeito do Imposto Único sobre Transações. Produzido pela Associação Comercial do Distrito Federal, com a colaboração da Federação das Indústrias (DFI), é uma contribuição para o melhor entendimento da proposta do IUT, visando a consagração de uma reforma tributária no País. \*Vatapá e Opinião voltam, na próxima edição.

Encontrar uma base tributária ampla, que inclua o maior número possível de indivíduos e, em consequência, admita uma alíquota bastante baixa, desestimulando a sonegação, era o sonho dos tributaristas. O desenvolvimento da informática e do sistema financeiro proporcionou a solução sonhada. O professor Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, economista da FGV (SP), elaborou um plano em cima das transações financeiras, ideal em termos de simplicidade, transparência, facilidade de arrecadação e de baixo custo: em cada cheque, ordem de pagamento, transferência ou qualquer aplicação financeira, aplicar-se-á uma alíquota de 1% (um por cento) sobre o valor, cujos resultados serão repassados imediatamente à União, Estados e Municípios, de acordo com critérios pre-determinados e sem a interferência de um poder sobre o outro. Este é o IUT, Imposto Único sobre as Transações.

Apesar de sua enorme simplicidade, o nível de arrecadação tributária continuaria o mesmo, mas haveria uma enorme redução da burocracia fiscal.

Porque o nível tributário continuaria o mesmo? Marcos Cintra, com o auxílio da FEBRABAN, verificou que o volume de transações, de maio próximo passado, por exemplo, foi de Cr\$ 100 trilhões. Aplicando-se uma alíquota de 2% (dois por cento), encontrar-se-ia Cr\$ 2 trilhões de arrecadação, em maio, correspondentes a US\$ 8 bilhões.

Como o volume de transações gira, em média, por volta de doze meses (podendo ser 13 ou 14), obter-se-ia uma arrecadação de US\$ 96 bilhões, ou seja, 10% (dez por cento) a mais da arrecadação tributária bruta do país, hoje, incluindo a previdência, que é da ordem de US\$ 88 bilhões (algo em torno de 25% do PIB).

Entusiasmado com o plano de Marcos Cintra, o Deputado Federal do PRN-RN, Flávio Rocha apresentou "Proposta de Emenda Constitucional", que já conta com 300 assinaturas de parlamentares e comeará sua tramitação no congresso, em

agosto próximo. 01. QUAL É A PROPOSTA DO IUT? R: A ideia básica é a substituição de todos os impostos com características fiscais por um único imposto incidente sobre as transações do sistema bancário, com a alíquota de 1% sobre a conta credora e 1% sobre a conta devedora.

É um imposto simples, transparente, instantâneo e que traria ao governo um aumento de arrecadação e uma economia da ordem de 3% (três por cento) do PIB (US\$ 10 bilhões), atualmente gastos no sistema arrecadador público e privado.

02. TODOS OS DEMAIS IMPOSTOS E TAXAS SERIAM ELIMINADOS? R: Não. Permaneceriam os impostos que não tivessem características fiscais e existissem como instrumento de política econômica, como os de comércio exterior, como as tarifas de importação etc.

03. QUAIS OS BENEFÍCIOS DA ADOÇÃO DO IUT ÀS EMPRESAS E AO TRABALHADOR? R: As empresas terão uma redução de custo administrativo da ordem de 30% (trinta por cento). Elas não terão mais obrigação de fazer balanço fiscal. O trabalhador terá o valor de seu salário valorizado com a redução do preço das diversas mercadorias, num percentual correspondente à eliminação da carga tributária. O salário do trabalhador poderá incorporar as contribuições sociais e as retenções de imposto de renda na fonte.

04. E O GOVERNO, PERDERÁ? R: Como vimos anteriormente, o governo pode ter um aumento de arrecadação de cerca de US\$ 18 bilhões anuais, com o aumento real da arrecadação e diminuição do seu custo.

05. COMO SERÁ ARRECADADO O IUT? R: A arrecadação se dará através do sistema bancário, com a alíquota de 1% na conta credora e 1% na conta devedora sobre todas as transações

financeiras: cheques, transferências, aplicações, etc. 06. COMO SERÁ A DISTRIBUIÇÃO DO IUT? R: Através de um sistema especial de software, o sistema bancário repassará imediatamente ao governo federal, aos estados e municípios o valor da arrecadação.

07. QUEM VAI FISCALIZAR A ARRECADADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO NOVO IMPOSTO? R: A fiscalização será exercida pelos atuais fiscais da receita, nos seus três níveis, Federal, Estadual e Municipal. A fiscalização poderá exercer a sua atividade com alto grau de eficiência.

08. AS EMPRESAS PÚBLICAS E AS ESTATAIS ESTARÃO SUJEITAS AO IUT? R: As empresas públicas e as estatais estarão também sujeitas ao IUT todas as vezes que fizerem transações financeiras.

09. COMO SERÁ COBRADO O IMPOSTO DO SISTEMA BANCÁRIO? R: O sistema bancário também pagará o IUT toda vez que fizer uma transação financeira como qualquer pessoa jurídica.

10. QUAL A INFLUÊNCIA DO IUT NO PREÇO FINAL DOS PRODUTOS? R: Com a retirada da carga tributária atual dos produtos, estes terão o seu preço bastante reduzido, algo, na média, em torno de 30% (trinta por cento).

11. A INDÚSTRIA BRASILEIRA TEM CAPACIDADE DE SUPORTAR A DEMANDA GERADA COM O AUMENTO DO PODER DE COMPRA? R: Com o aumento do poder de compra é verdade que o consumo aumentará. Entretanto, a diminuição da carga tributária e do custo administrativo das empresas, incentivarão os empresários a investir nas suas atividades, aumentando a produção.

12. E QUAL A INFLUÊNCIA DO IUT NA INFLAÇÃO? R: O aumento de atividades produtivas, gerando mais bens e serviços e a diminuição da carga tributária, que aumenta os preços atuais, tenderão a baixar a inflação como acontece nos outros países, onde a carga de impostos é melhor distribuída.

13. O IUT REPRESENTARÁ ALGUM DANO À AUTONOMIA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS? R: O IUT é um imposto independente do Governo Central. Os três poderes, Federal, Estadual e Municipal receberão o seu quinhão independentemente um do outro.

14. COMO GARANTIR O NÍVEL ATUAL DE RECEITA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS? R: A ideia não é aumentar o nível atual, mas, melhorá-lo muito, não só no seu valor quantitativo como no seu período de repasse. O orçamento continuará sendo de responsabilidade total do Governo Nacional.

15. COMO O IUT AS PESSOAS NÃO TENDERÃO A TRANSACIONAR SEM USAR OS BANCOS? R: Para os pequenos negócios e de baixo valor é possível que isto aconteça, como acontece hoje.

16. AS PESSOAS NÃO PODERIAM PASSAR A TRANSACIONAR TOTALMENTE EM DÓLARES? R: Para que? As pessoas precisam de cruzeiros para as diversas necessidades e não aceitarão transacionar em dólares por uma razão tão pequena quanto o 1% do IUT.

17. O DÓLAR, muitas vezes, é usado como elemento de sonegação e de enriquecimento do patrimônio. Não será esse o caso? R: Não. A ideia não é aumentar o nível atual, mas, melhorá-lo muito, não só no seu valor quantitativo como no seu período de repasse.

18. E OS CONTADORES, O QUE ARRECADARÃO COM ELES? R: Nunca serão tão valorizados, passando a exercer realmente a sua função de assessoramento administrativo-financeiro das empresas, o que hoje não é possível devido ao excesso de burocracia administrativo-fiscal.

19. EXISTE ESTE SISTEMA EM ALGUM PAÍS DO MUNDO? R: Não. O IUT, na versão de Marcos Cintra, é uma inovação brasileira que, logo será copiada.

20. COMO SERÃO TAXADAS AS OPERAÇÕES FINANCEIRAS? R: As operações financeiras serão taxadas nos seus rendimentos reais, descontada a inflação. Descontos de duplicatas, praticamente não serão afetados.

Finalmente, podemos dizer, o IUT é a luz no final do túnel. É a esperança que resta para o Brasil sair do atual impasse de insolvência, beneficia as empresas com o aumento de sua liquidez e o trabalhador com um grande aumento real de seu salário.

Com o IUT, não temos dúvidas. O Brasil caminhará edre para exercer o seu destino de líder incontestante no cenário mundial.



Diversificar e investir

O comércio de Campo Largo é muito bom. Nós fizemos uma pesquisa onde se constatou que o morador de Campo Largo quer comprar aqui. O maior motivo da evasão não é o desinteresse do comprador, mas o empresário da cidade, que não investe nesse comprador. Faltam promoções, idéias novas, marketing.

Bechara Amim, 50 anos, 17 dos quais vividos em Campo Largo. Comerciante de produtos agropecuários e presidente da Associação Comercial e Industrial de Campo Largo em sua 2ª gestão, acredita que há uma resistência do empresário campolarguense quanto a adoção de novas idéias para garantir que a população da cidade gaste seu dinheiro na própria cidade.

Segundo Bechara, o principal motivo para o pessimismo que tomou conta dos comerciantes campolarguenses é a instabilidade do governo Collor. "Você não pode fazer um plano de metas. Você nunca sabe o que vai acontecer. Temos empresas filiadas à Associação (Comercial e Industrial de Campo Largo), idôneas, que acreditaram no governo e agora estão em concordata".

A Associação que Bechara preside tem como carro-chefe o Serviço de Proteção ao Crédito que funciona com um sistema de vídeo-cheque, com um terminal ligado ao Banco Central informando no ato se o cliente está registrado no

Prefeitura é processada pelo Estado

O Ministério Público do Estado do Paraná, através dos promotores Saint-Clair Honorato Santos - responsável pela promotoria do meio ambiente e Cláudia Regina P. S.R. Monteiro Rocha - responsável pela comarca de Campo Largo - promoveu, em 07 de novembro, uma ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente com pedido de concessão de medida liminar, contra a Prefeitura Municipal de Campo Largo.

O processo se deve a denúncias recebidas pelo Ministério sobre o desmatamento que está ocorrendo em Timbutuva, comarca campolarguense. Segundo a promotora, a Prefeitura, "a fim de possibilitar a instalação de indústrias em área de sua propriedade, desmatou e fez a terra plagem do terreno sem autorização do órgão competente e com absoluto desrespeito a legislação protetiva".

de acordo com documentos do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF) do Paraná, de 19 de novembro de 1989, a Prefeitura Municipal já havia sido autuada, nessa época, por desmatar vegetação em área de preservação permanente (margens de córrego e nascentes de água), em Timbutuva. Conforme o parecer do ITCF foi embargada a continuidade do desmate no imóvel.

Em dois de janeiro de 1990, o ITCF, através do Departamento de Recursos Naturais Renováveis e da Coordenadoria de Defesa da Flora e Fauna, junto com a Prefeitura Municipal, realizaram um Termo de Compromisso para

Restauração de Florestas, onde a Prefeitura deveria plantar 5.000 mudas, equivalente a 2,42ha. Segundo a promotora responsável pelo caso, a Prefeitura não cumpriu o acordo. "Eles não replantaram e continuaram com as obras, do mesmo jeito", afirmou, a afirmação da promotora está embasada em um relatório do ERCBA, assinado pelo biólogo e técnico do instituto, Érico Egídio da Silva, emitido em 06 de setembro de 1991. No relatório consta que em fiscalização realizada em 19 de setembro de 1990 a equipe constatou o não cumprimento do Termo de Compromisso para Restauração de Florestas. No relatório consta ainda que "em princípio P. M. de Campo Largo solicitou licença para o desmate ao ITCF, porém, o pedido após vistoria, foi indeferido. Adentrou na área e cortou sem licença em cabeceira de nascente e a margem de córrego, quando ocorreu a autuação, e o embargo. Assinou um compromisso para restauração e não cumpriu. Agora realizou uma replagem e desmate para abertura de uma rua na cabeceira de outra nascente, desrespeitando o Embargo e o Termo de Restauração anteriormente elaborados".

O principal problema do desmatamento é o represamento das águas de um riacho, o que impossibilita a irrigação da mata na parte baixa do terreno. "O que a promotoria está pedindo - segundo a Drª Cláudia Regina Rocha - é que, até ser julgada a ação, a nascente seja desobstruída e seja feita a contenção do aterro para

evitar a croação". Com o impetramento desta ação, o Ministério Público pretende que sejam feitas "a desobstrução e a interrupção das atividades desenvolvidas no terreno", a realização de obras que possibilitem o escoamento das águas que ficaram retidas em função da movimentação de terra no local", a desobstrução e o desassoreamento dos cursos e nascentes d'água atingidos pela ação da Prefeitura", a reposição florestal da área degradada, através do plantio de duas mil mudas, além do cumprimento do termo de compromisso e a indenização pelos danos causados ao meio ambiente".

Conforme declarou a promotora, "a Prefeitura, mais do que ninguém, deveria dar o exemplo. Ela deveria respeitar a constituição, as leis e a preservação ambiental". "Se todo pequeno agricultor precisa tirar mil guias no ITCF, por que um órgão público não cumpre isso?", finalizou.

Prefeitura O secretário da Indústria e Comércio da Prefeitura de Campo Largo, Jurides Caldart, afirmou que "na verdade não era um desmatamento, era uma terraplanagem. E nessa área foi tirada uma capoeira. Segundo o secretário, "se formos analisar o estrago que o pessoal apregoa, não é nada disso. O ITCF se precipitou, foram doados 22 mil metros de área e foram desmatados apenas 4 mil".

Para Caldart, "o esquema hoje é que ecologia dá ibope. Está na moda a pessoa ser ecologista de plantão". Conforme declarou, as empresas às quais a Prefeitura doou os terrenos, se comprometeram em fazer a proteção do talude com grama e o replantio de 1.500 mudas de árvores nativas. "mas isso só pode ser feito após a conclusão da obra", afirmou.

Quanto a documentação de doação do terreno - motivo pelo qual a Prefeitura, e não as empresas, foi processada - o secretário disse já haver apresentado ao juiz da comarca. Na documentação anexada ao processo, o secretário disse já haver apresentado ao juiz da comarca. Na documentação anexada ao processo, o secretário disse já haver apresentado ao juiz da comarca. Na documentação anexada ao processo, o secretário disse já haver apresentado ao juiz da comarca.

Intolerância jamais vista marcou expulsão de Requião



O senador Ronan Tito (PMDB-MG) - que deu um dos quatro votos favoráveis à permanência do governador Roberto Requião no partido - disse que nos seus 21 anos de militância política nunca viu um clima igual ao da reunião do último dia 20, quando Requião foi expulso pelo PMDB. "Foi criado um clima de intolerância jamais visto", garantiu. Tito afirmou que ficou mais perplexo ainda quando o próprio advogado leu a instrução para o Diretor Nacional, sem qualquer elemento contraditório: "A Comissão de Ética do PMDB decidiu por unanimidade pela cassação do governador Roberto Requião". Para o senador não havia mais o que deliberar, porque "em vez de uma instrução, foi lido um libelo".

O senador mineiro avalia que houve excessos de todas as partes. Para ele, o governador do Paraná exagerou na fala e o PMDB na decisão. "Mas, o exagero de Requião não justifica o do partido", enfatiza. O senador acha que houve um erro de avaliação dos peemedebistas nessa definição. Ele lembrou que o PMDB sempre foi um partido de muitas lutas e sofrimentos. E Roberto Requião sempre esteve junto, combatendo nessas frentes de batalhas. Tito ponderou, também, que o PMDB sempre lutou contra o arbitro, contra os torturadores. Depois, anistiou todos. "Sendo assim, como pôde, em um primeiro julgamento, votai pela pena máxima a um companheiro da latura de Requião?", indaga.

Advertisement for LOJAS AGL featuring a cartoon character and a sign that says 'AQUI GRANDE LIQUIDAÇÃO DE NATAL'.

Expediente O METROPOLITANO. Rua Benedito Soares Pinto, esquina c/Barão do Rio Branco (Centro) CEP 83.600 - Campo Largo - PR. Publicação da Gráfica Editora Campo Largo Ltda. Diretor: Haroldo Wohl. Jornalista Responsável: Paulo Pedron (MTB n.º 2539). Editora: Impresione S/C Ltda. Departamento Comercial: Fone: 292-2576. \* Os artigos e opiniões publicadas neste jornal são de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião de seus editores. Diagramação, composição e arte-final: Supermídia Ltda. - Fone: 277-3137

4ª CAMPANHA DA COMPRA PREMIADA. No período de 01 a 21 de dezembro/91. Você consumidor tem encontro com a sorte. Compre nas casas comerciais identificadas com bandeirolas e calçadas pintadas de amarelo. Solicite o cupom nas compras. Concorra a úteis e valiosos prêmios. Sorteios dias: 07 - 14 e 21 de dezembro. Local: Praça da Matriz. Campo Largo. PROMOÇÃO: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAMPO LARGO.

indústria metalúrgica pruden ltda. Esquadrias de ferro e alumínio, box p/banheiro, escadas caracol, vidros em geral. Fone: 292-1334. Rua Santos Dumont, 1201 - Campo Largo - PR

Curso e Colégio Sigma. O MELHOR ENSINO DA CIDADE ESTUDE BEM PAGANDO MENOS LOCALIZAÇÃO CENTRAL ÓTIMA EQUIPE DE PROFESSORES EFICIÊNCIA COMPROVADA. \*CONVÊNIO COM O POSITIVO\* (APOSTILAS E MATERIAL DIDÁTICO) -RESERVAS DE VAGAS PARA 1992. Informações na Secretaria do Colégio Sigma. Rua Eng.º Tourinho, 1060 Fone: 292-3871 Campo Largo - PR.

Advertisement for Sigma products with a list of items and prices: OFERTAS: Sopa Maggi - 70 g ..... 350,00; Ex. tomate Sofruta - 370 g ..... 366,00; Ex. tomate Sofruta - 270 g ..... 333,00; Tábuas p/ lavar roupa ..... 1.550,00; Mucilon - 500 g ..... 1.375,00; Sabão Riograndense - 500 g ..... 212,50; Sabonete Lux suave ..... 125,00; Refresco Sukesti - 50 g ..... 133,00; Água Sanitária Candura - 1 litro ..... 150,00; Balas - 1 kg ..... 900,00; Papel Hig. Milki c/4 ..... 144,00; Sabão Guatra - 200 g ..... 144,00; Chiclet's Dinovo - CX. c/50 ..... 144,00.

MANDA CHUVA LTDA. Atacado e Balcão. Produtos de Limpeza, Higiene, Alimentação e etc. Existe agora em nossa cidade, uma nova opção para suas compras. - Visite-nos e comprove! Anexo Comercial de Cereais Reinaldim Ltda. - Rod. do Café Km 23 nº 2640-ao lado da AUTOCECÍLIA.